



Diário Oficial DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ



Publicação dos atos oficiais da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, de acordo com a Lei Municipal n.º 1070, de 02/07/2001

ANO VIII - DIÁRIO OFICIAL NÚMERO 1700

Ji-Paraná (RO), 13 de novembro de 2013

SUMÁRIO

DECISÕES DO PREFEITO.....	PÁG. 01
DECRETOS.....	PÁG. 01
LEI.....	PÁG. 02
PORTARIA.....	PÁG. 05
EDITAIS DE COMPARECIMENTO.....	PÁG. 05
AVISO DE LICITAÇÃO.....	PÁG. 05

DECISÕES DO PREFEITO

PROCESSO N.º 1-8008/2013

INTERESSADA: **Secretaria Municipal de Educação**

ASSUNTO: Parecer Jurídico

À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Sr.ª. Leiva Custódio Pereira

Senhora Secretária,

Considerando a solicitação feita às fls. 48, temos a informar a Vossa Senhoria que após busca minuciosa nos arquivos do Gabinete do Prefeito, não foi encontrado documento referente à cedência do servidor *Luiz Antônio Albuquerque* ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (SINDSEM).

Ji-Paraná, 12 de novembro de 2013.

JESUALDO PIRES

Prefeito Municipal

PROCESSO N. 1-17994/2013

INTERESSADO: SEMOSP

ASSUNTO: Aquisição de Material de Consumo (pintura da guarda corpo da ponte sobre o Rio Machado).

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Dr. Jackson Junior de Souza

Senhor Presidente,

Encaminho o presente Processo, **AUTORIZANDO** que se adote o procedimento licitatório na modalidade de Dispensa de Licitação, em conformidade com as legislações vigentes aplicáveis a matéria.

Ji-Paraná, 12 de novembro de 2013.

JESUALDO PIRES

Prefeito Municipal

PROCESSO N.º 03195/2013 e apenso n. 16361/13

INTERESSADA: **Friocenter Comércio e Transportes Ltda**

ASSUNTO: Levantamento Fiscal

À SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Sr. Luiz Fernandes Ribas Motta

Senhor Secretário, Vieram os autos para apreciação de Recurso Revisional interposto pela empresa *Friocenter Comércio e Transportes Ltda*.

Questionada, a Secretaria Municipal de Fazenda junta aos autos Parecer negando procedência ao Recurso interposto pela empresa.

Assim, **Decido** pela improcedência do Recurso Revisional interposto pela empresa *Friocenter Comércio e Transportes Ltda*, por não atender os requisitos estabelecidos no artigo 366 da Lei Municipal n. 1139/2001.

A SEMFAZ deverá providenciar a notificação da empresa acima mencionada, dando-lhe ciência da presente Decisão, bem como dar continuidade ao feito cumprindo as formalidades legais que o caso requer.

Ji-Paraná, 12 de novembro de 2013.

JESUALDO PIRES

Prefeito Municipal

PROCESSO N.º 1-17990/2013

INTERESSADO: Gabinete do Prefeito

ASSUNTO: Repasse Financeiro à CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas para ornamentação da Casa do Papai Noel, nos termos da Lei Municipal n. 2553/2013

À Secretaria Municipal de Administração

Sr. Jair Marinho

Senhor Secretário,

Considerando a sanção da Lei Municipal n.º 2553, de 12 de novembro de 2013, solicitamos emissão de **EMPENHO** em favor da **CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas**, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). **Após, à PGM** para confecção do Termo de Convênio.

Ji-Paraná, 12 de novembro de 2013.

JESUALDO PIRES

Prefeito Municipal

PROCESSO N.º 1-15148/2013

INTERESSADA: **SEMUSA**

ASSUNTO: Revisão das Ambulâncias

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Acolho o Parecer Jurídico n.º 1236/PGM/PMJP/2013 (fls. 56), emitido pela Procuradoria-Geral do Município, cujo objeto consiste na aquisição de peças e a contratação de empresa para serviços de manutenção de duas ambulâncias, conforme descrito no Projeto Básico e anexo às fls. 09/11 e Termo de Dispensa n. 002/CPL/SEMUSA/PMJP/2013 às fls. 52/54, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. **HOMOLOGO** o procedimento licitatório com base no artigo 24, II, da Lei n.º 8.666/93.

ADJUDICO o objeto da licitação em favor da proposta apresentada pela empresa **RODOBENS CAMINHÕES RONDÔNIA LTDA**, que sagrou-se vencedora no valor total de R\$ 3.558,95 (três mil quinhentos e cinquenta e oito reais e noventa e cinco centavos).

Publique-se.

À **SEMAD**, para empenho.

Ji-Paraná, 12 de novembro de 2013.

JESUALDO PIRES

Prefeito Municipal

DECRETOS

DECRETO N. 2260/GAB/PM/JP/2013 12 DE NOVEMBRO DE 2013

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no corrente Exercício Financeiro.

JESUALDO PIRES, Prefeito do Município de Ji-Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as disposições da Lei Municipal n. 2371, de 24 de dezembro de 2012, e dos artigos 42 e 43 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, e

Considerando o teor do Ofício n.º 0291/FCJP/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício financeiro Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 20.800,00** (vinte mil e oitocentos reais) para reforço das dotações vigentes:

19 01 01 GABINETE DO PRESIDENTE

783 13.392.2018.2090.2090 Manut. das Ativ. do Gabinete do Presidente 19.800,00

3 3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

019 001 Recurso Própria - Transf. do Município

786 13.392.2018.2090.2090 Manut. das Ativ. do Gabinete do Presidente 1.000,00

3 3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

019 001 Recurso Própria - Transf. do Município

Art. 2º Para cobertura do crédito aberto no artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação em igual valor das dotações vigentes:

19 01 01 GABINETE DO PRESIDENTE

784 13.392.2018.2090.2090 Manut. das Ativ. do Gabinete do Presidente -10.000,00

3 3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

019 001 Recurso Própria - Transf. do Município

795 13.392.2018.2095.2095 Apoio as Ativ. Artísticas Culturais -2.800,00

3 3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

019 001 Recurso Própria - Transf. do Município

796 13.392.2018.2095.2095 Apoio as Ativ. Artísticas Culturais -8.000,00

3 3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

019 001 Recurso Própria - Transf. do Município

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Urupá, aos 12 dias do mês de novembro de 2013.

JESUALDO PIRES

Prefeito Municipal

Jair Marinho

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N. 2261/GAB/PM/JP/2013 12 DE NOVEMBRO DE 2013

Exonera Marilaine Andrade Rios, do cargo em comissão de Coordenadora para Programas Especiais de 2º Segmento do Ensino Fundamental Rural, da Superintendência de Ensino da Secretaria Municipal de Educação do Município de Ji-Paraná.

JESUALDO PIRES, Prefeito do Município de Ji-Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando solicitação da Secretária Municipal de Educação, através do Memorando n.º 576/13/GAB/SEMED, e

Considerando o teor do Memorando n.º 975/CGRHA/SEMAD,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada **Marilaine Andrade Rios**, do cargo em comissão de **Coordenadora para Programas Especiais de 2º Segmento do Ensino Fundamental Rural**, da Superintendência de Ensino, da Secretaria Municipal de Educação do Município de Ji-Paraná.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 21 de outubro de 2013.

Palácio Urupá, aos 12 dias do mês de novembro de 2013.

JESUALDO PIRES

Prefeito Municipal

Jair Marinho

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N. 2262/GAB/PM/JP/2013 12 DE NOVEMBRO DE 2013

Exonera Elizete Nogueira de Oliveira, do cargo em comissão de Secretária Executiva, da Superintendência de Administração da Secretaria Municipal de Educação do Município de Ji-Paraná.

JESUALDO PIRES, Prefeito do Município de Ji-Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o teor do Memorando n.º 581/13/GAB/SEMED,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada **Elizete Nogueira de Oliveira**, do cargo em comissão de **Secretária Executiva**, da Superintendência de Administração da Secretaria Municipal de Educação do Município de Ji-Paraná.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 24 de outubro de 2013.

Palácio Urupá, aos 12 dias do mês de novembro de 2013.

JESUALDO PIRES

Prefeito Municipal

Jair Marinho

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N. 2263/GAB/PM/JP/2013 12 DE NOVEMBRO DE 2013

Nomeia Elizete Nogueira de Oliveira, para ocupar o cargo em comissão de Gerente de Transporte Escolar da Superintendência Geral de Apoio Técnico, da Secretaria Municipal de Educação do Município de Ji-Paraná.

JESUALDO PIRES, Prefeito do Município de Ji-Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o teor do Memorando n.º 581/13/GAB/SEMED,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada **Elizete Nogueira de Oliveira**, para ocupar o cargo em comissão de **Gerente de Transporte Escolar** da Superintendência Geral de Apoio Técnico, da Secretaria Municipal de Educação do Município de Ji-Paraná.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 25 de outubro de 2013.

Palácio Urupá, aos 12 dias do mês de novembro de 2013.

JESUALDO PIRES

Prefeito Municipal

Jair Marinho

Secretário Municipal de Administração

LEI**LEI Nº 2555 12 DE NOVEMBRO DE 2013****AUTORIA DO PODER LEGISLATIVO**

Dispõe sobre o Sistema Municipal de cultura de Ji-Paraná - RO, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamento e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Ji-Paraná, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regula no município de Ji-Paraná em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Cultura – SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

Art. 2º O Sistema Municipal de Cultura – SMC integra o Sistema Nacional de Cultura – SNC, e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

TÍTULO I DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 3º A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público na gestão da cultura, explícita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os municípios e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

CAPÍTULO I DO PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA GESTÃO DA CULTURA

Art. 4º A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Ji-Paraná.

Art. 5º A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no Município de Ji-Paraná.

Art. 6º É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município de Ji-Paraná e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Art. 7º Cabe ao Poder Público do Município de Ji-Paraná planejar e implementar políticas públicas para:

- I** – assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;
- II** – universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
- III** – contribuir para a construção da cidadania cultural;
- IV** – reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
- V** – promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;
- VI** – qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
- VII** – estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
- VIII** – consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento

sustentável;
IX – intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais.

Art. 8º A atuação do Poder público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.

Art. 9º A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente, turismo, ciências e tecnologia, esporte, lazer, saúde e segurança pública.

Art. 10. Os planos e projetos de desenvolvimento, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação uma ampla gama de critérios, que vão da liberdade pública, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS CULTURAIS

Art. 11. Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:

I – o direito à identidade e à diversidade cultural;

II – o direito à participação na vida cultural, compreendido:

- a) livre criação e expressão;
- b) livre acesso;
- c) livre difusão;
- d) livre participação nas decisões de política cultural.

III – o direito autoral;

IV – o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.

CAPÍTULO III DA CONCEPÇÃO TRIDIMENSIONAL DA CULTURA

Art. 12. O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura simbólica, cidadã e econômica como fundamento da política municipal de cultura.

Seção I Da Dimensão Simbólica da Cultura

Art. 13. A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município de Ji-Paraná, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, conforme o art. 216 da Constituição Federal.

Art. 14. Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.

Art. 15. A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas populares, eruditas e da indústria cultural.

Art. 16. Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, nos planos local, regional, nacional e internacional, considerando as diferenças concepções de dignidade humana, presentes em todas as culturas, como instrumento de construção da paz, moldada em padrões de coesão, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

Seção II Da Dimensão Cidadã da Cultura

Art. 17. Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem ser constituídos numa plataforma de sustentação das políticas culturais, posto que a cidadania plena só pode ser atingida quando a cidadania cultural puder ser usufruída por todos os cidadãos do Município de Ji-Paraná.

Art. 18. Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

Art. 19 O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município, de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme os arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 20. O direito a participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura.

Art. 21. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual.

Art. 22. O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos, bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns.

Seção III Da Dimensão Econômica da Cultura

Art. 23. Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidade de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.

Art. 24. O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:

I – sistema de produção, materializado em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, fomentação, produção, difusão, distribuição e consumo;

II – elemento estratégico da economia contemporânea, em que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante fator de desenvolvimento econômico e social; e

III – conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.

Art. 25. As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de ideias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do município, não restritos ao seu valor mercantil.

Art. 26. As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades de cada cadeia produtiva.



Diário Oficial DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ

O DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ é um periódico autorizado pela Lei Municipal n.º 1070, de 02/07/2001, para a publicação dos atos oficiais da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

Coordenação: **Secretaria Municipal de Administração**
Realização: **Assessoria de Comunicação Social**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
CNPJ: 04.092.672/0001-25

End. Av. Dois de Abril, 1701 (Palácio Urupá) - Bairro Dois de Abril - Ji-Paraná - RO
E-mail: decom@ji-parana.ro.gov.br
Página eletrônica: www.ji-parana.ro.gov.br

Todas as matérias para serem publicadas neste Diário Oficial devem ser entregues ao Decom - Departamento de Comunicação impreterivelmente até as 13 horas do dia anterior.

Jesualdo Pires
Prefeito

Marcito Pinto
Vice-Prefeito - Secretaria de Planejamento

José Antônio Ciconetti
Chefe de Gabinete

Leni Matias
Procuradoria Geral do Município

Elias Caetano da Silva
Controladoria Geral do Município

Jair Eugênio Marinho
Secretaria Municipal de Administração

Evandro Cordeiro Muniz
Fundo Municipal de Previdência

Renato Antônio Fuverki
Secretaria Municipal de Saúde

Waldecio José Gonçalves
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Djalma José Arantes
Sec. Mun. de Regularização Fundiária e Habitação

Luiz Fernandes Ribas Motta
Secretaria Municipal de Fazenda

Reinaldo Pereira de Andrade
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Cláudia Regina Abreu
Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária

Leiva Custódio Pereira
Secretaria Municipal de Educação

Seloi Totti
Secretaria Municipal de Esportes e Turismo

Tenente Coronel Marion Disney da Silva Mello
Empresa Municipal de Transporte Urbanos

Keila Barbosa da Silva
Fundação Cultural

Maria Sônia Grande Reigota Ferreira
Secretaria Municipal de Assistência Social

Arislândio Borges Saraiva
Secretaria Municipal de Governo

Relvanir Celso de Campos
Assessoria de Comunicação Social

Art. 27. O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município de Ji-Paraná deve ser estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos.

Art. 28. O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por toda sociedade.

TÍTULO II DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 29. O Sistema Municipal de Cultura – SMC se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento, e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e cooperação interna governamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia, equidade e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 30. O Sistema Municipal de Cultura – SMC fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta Lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federativos da República Brasileira – União, Estados, Municípios e Distrito Federal – com suas respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil.

Art. 31. Os princípios do Sistema Municipal de Cultura – SMC que devem orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes federados e da sociedade civil nas suas relações como parceiro e responsável pelo seu funcionamento são:

- I** – diversidade das expressões culturais;
- II** – universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- III** – fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- IV** – cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área;
- V** – integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VI** – complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- VII** – transversalidade das políticas culturais;
- VIII** – autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- IX** – transparência e compartilhamento das informações;
- X** – democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- XI** – descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
- XII** – ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

Art. 32. O Sistema Municipal de Cultura – SMC tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Município.

Art. 33. São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I – estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;

II – assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do município;

III – articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA

Seção I Dos Componentes

Art. 34. Integram o Sistema Municipal de Cultura – SMC:

- I** – Coordenação:
 - a) Fundação Cultural de Ji-Paraná – FCJP

II – Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação:

- a) Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC
- b) Conferência Municipal de Cultura – CMC

III – Instrumentos de Gestão:

- a) Plano Municipal de Cultura – PMC
- b) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC
- c) Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC
- d) Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC

IV – Sistemas Setoriais de Cultura:

- a) Sistema Municipal de Patrimônio Cultural – SMPC
- b) Sistema Municipal de Museus – SMM
- c) Sistema Municipal de Bibliotecas, Livros, Leitura e Literatura - SMLLL

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura – SMC estará articulado com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais, em especial, da educação, da comunicação, da ciência e tecnologia, do planejamento urbano, do desenvolvimento econômico e social, da indústria e comércio, das relações internacionais, do meio ambiente, do turismo, do esporte, da saúde, dos direitos humanos e da segurança conforme regulamentação.

Seção II Da Coordenação do Sistema Municipal de Cultura – SMC

Art. 35. A Fundação Cultural de Ji-Paraná – FCJP é órgão superior e constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SMC, que compete:

- I** – exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura – SMC;
- II** – promover a integração do Município ao Sistema Nacional de Cultura – SNC e ao Sistema Estadual de Cultura – SEC, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária;
- III** – instituir as orientações e deliberações normativas e de gesto, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e nas suas instâncias setoriais;
- IV** – implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações acordadas na Comissão Inter gestores Bipartite – CIB e aprovadas pelo Conselho Estadual de Política Cultural – CNPC;
- V** – emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura – SMC, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;
- VI** – colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura – SNC e do Sistema Estadual de Cultura – SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de informações e Indicadores Culturais;
- VII** – colaborar no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão;
- VIII** – subsidiar a informação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicos do Governo Municipal;
- IX** – auxiliar o Governo Municipal e subsidiar entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;
- X** – colaborar, no âmbito do Sistema nacional de Cultura – SNC, com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de Programas de Formação na Área da Cultura, especialmente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas de cultura do Município;
- XI** – coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura – CMC.

Art. 36. São atribuições da Fundação Cultural de Ji-Paraná:

- I** – formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura – PMC, executando as políticas e as ações culturais definidas;
- II** – implementar o Sistema Municipal de Cultura – SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando aos atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;
- III** – promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local.
- IV** – valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Município;
- V** – preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;
- VI** – pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do município;
- VII** – manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;
- VIII** – promover o intercâmbio cultural a nível regional, nacional e internacional;
- IX** – assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;
- X** – descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;
- XI** – estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural;
- XII** – estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;
- XIII** – elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;
- XIV** – captar recursos para projetos e programas junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais.
- XV** – operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC e dos Fóruns de Cultura do Município;
- XVI** – realizar a Conferência Municipal de Cultura – CMC, colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;
- XVII** – exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições.

Seção III Das Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação

Art. 37. Constituem-se instâncias de articulação, pactuação e deliberação do Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I – Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;

II – Conferência Municipal de Cultura – CMC.

Seção IV Do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC

Art. 38. O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, órgão colegiado consultivo, deliberativo e normativo, integrante da estrutura básica da Fundação Cultural de Ji-Paraná, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

§1º. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CMC, na elaboração, acompanhamento de execução,

fiscalização e avaliação das políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura – PMC.

§2º. Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente, conforme regulamento, pelos receptivos segmentos e têm mandato de dois anos, renováveis, uma vez, por igual período.

§3º. A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve contemplar os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólicas, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial, na sua composição.

§4º. A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve contemplar a representação do Município de Ji-Paraná, por meio da Fundação Cultural de Ji-Paraná e suas instituições vinculadas, de outros Órgãos e Entidades do Governo Municipal e dos demais entes federados.

Art. 39. O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído por 24 membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição: **I** – 12 membros titulares e respectivos suplentes representando o Poder Público, através dos seguintes órgãos e quantitativo:

- a) Fundação Cultural de Ji-Paraná, 04 representantes;
 - b) Secretaria Municipal de Educação, 02 representantes;
 - c) Secretaria Municipal de Assistência Social, 02 representantes;
 - d) Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 01 representante;
 - e) Secretaria Municipal de Planejamento, 02 representantes;
 - f) Secretaria Municipal de Esportes e Turismo, 01 representante.
- II** – 12 membros titulares e respectivos suplentes, representando a sociedade civil, através dos seguintes setores e quantitativo:

- a) Fórum Setorial de Artes Visuais e Design, 01 representante;
- b) Fórum Setorial de Artesanato, 01 representante;
- c) Fórum Setorial de Audiovisual e arte digital, 01 representante;
- d) Fórum Setorial de Música, 01 representante;
- e) Fórum Setorial de Teatro, 01 representante;
- f) Fórum Setorial de Dança, 01 representante;
- g) Fórum Setorial de Cultura Popular e Folclore, 01 representante;
- h) Fórum Setorial de Cultura Afro-brasileira, 01 representante;
- i) Fórum Setorial de Cultura Indígena, um representante;
- j) Fórum Setorial de Literatura, 01 representante;
- k) Fórum Setorial de Circo, 01 representante;
- l) Fórum Setorial de Patrimônio Histórico, 01 representante.

§1º Os membros titulares e suplentes representantes do Poder Público serão designados pelo respectivo órgão e os representantes da sociedade civil serão eleitos conforme regimento interno.

§2º O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deverá eleger, entre seus membros, o Presidente e o Secretário-Geral com os respectivos suplentes.

§3º Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Executivo do Município.

§4º O Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é detentor de voto de qualidade.

Art. 40. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é constituído pelas seguintes instâncias:

- I** – plenário;
- II** – comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura – CIPOC;
- III** – fóruns setoriais;
- IV** – comissões Temáticas;
- V** – grupos de trabalho.

Art. 41. Ao Plenário, instância máxima do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC compete:

- I** – propor e aprovar as diretrizes gerais acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura – PMC;
- II** – estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura – SMC;
- III** – colaborar na implementação das pactuações acordadas na Comissão Inter gestores Tripartite – CIT e na Comissão Inter gestores Bipartite – CIB, devidamente aprovadas, respectivamente, nos Conselhos Nacionais e Estaduais de Política Cultural;
- IV** – aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura, oriundas dos sistemas setoriais municipais de cultura e de suas instâncias colegiadas;
- V** – definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;
- VI** – estabelecer para a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC do Fundo Municipal de Cultura as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura – PMC;
- VII** – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;
- VIII** – apoiar a descentralização de programas, projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;
- IX** – contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC;
- X** – apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da Cultura;
- XI** – contribuir para a definição das diretrizes do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC, especialmente no que tange à formação de recursos humanos para a gestão das políticas culturais;
- XII** – acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município de Ji-Paraná para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura – SNC;
- XIII** – promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional.

XIV – promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não governamentais e o Setor empresarial;
XV – incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;
XVI – delegar às diferentes instâncias componentes do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC a deliberação e acompanhamento de matérias;

XVII – aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura – CMC;

XVIII – estabelecer o regimento interno do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Art. 42. Compete ao Conselho de Integração de Políticas Públicas de Cultura – CIPOC, promover a articulação das políticas de cultura do Poder público, no âmbito municipal, para o desenvolvimento de forma integrada de programas, projetos e ações.

Art. 43. Compete aos Fóruns Setoriais fornecer subsídios ao Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos segmentos culturais.

Art. 44. Compete às Comissões Temáticas, de caráter permanente, e aos Grupos de trabalho, de caráter temporário, fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre temas específicos, transversais ou emergenciais relacionados à área cultural.

Art. 45. Compete aos Fóruns Setoriais, de caráter permanente, a formulação e o acompanhamento de políticas culturais específicas para os respectivos segmentos culturais e territórios.

Art. 46. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve se articular com as demais instâncias colegiadas do Sistema Municipal de Cultura – SMC – territoriais e setoriais – para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas de cultura implementadas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Seção V

Da Conferência Municipal de Cultura – CMC

Art. 47. A Conferência Municipal de Cultura – CMC constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no município e propor diretrizes para a formação de políticas públicas de Cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura – PMC.

§ 1º É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura – CMC analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura – PMC e às respectivas revisões ou adequações.

§ 2º Cabe à Fundação Cultural de Ji-Paraná convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura – CMC, que se reunirá ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC. A data de realização da Conferência Municipal de Cultura – CMC deverá estar de acordo com o calendário das Conferências Estaduais e Nacionais de Cultura.

§ 3º A Conferência Municipal da Cultura – CMC será precedida de Conferências Setoriais.

§ 4º A representação da sociedade civil na Conferência Municipal de Cultura – CMC será, no mínimo, de dois terços dos delegados, sendo os mesmos eleitos em Conferências Setoriais.

Seção VI

Dos instrumentos de gestão

Art. 48. Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura:

I – Plano Municipal de Cultura – PMC;
II – Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
III – Sistema Municipal de Informação e Indicadores Culturais – SMIC;
IV – Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC.

Parágrafo único. Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura – SMC se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.

Seção VII

Do Plano Municipal de Cultura – PMC

Art. 49. O Plano Municipal de Cultura – PMC tem duração decenal é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 50. A elaboração do Plano Municipal de Cultura – PMC e dos Planos Setoriais de âmbito municipal é de responsabilidade da Fundação Cultural de Ji-Paraná, que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal da Cultura – CMC, desenvolve projeto de Lei a ser submetido ao Conselho municipal de Política cultural – CMPC e, posteriormente, encaminhada à Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Os Planos devem conter:

I – diagnóstico do desenvolvimento da cultura;
II – diretrizes e prioridades;
III – objetivos gerais e específicos;
IV – estratégias, metas e ações;
V – prazo de execução;
VI – resultados e impactos esperados;
VII – recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

VIII – mecanismos e fontes de financiamento; e

IX – indicadores de monitoramento e avaliação.

Seção VIII

Do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC

Art. 51. O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Ji-Paraná, que devem ser diversificados e articulados.

Parágrafo único. São mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Ji-Paraná:

I – Orçamento Público do Município, estabelecido na Lei orçamentária anual (LOA);
II – Fundo Municipal de Cultura, definido nesta Lei;
III – Outros que venham a ser criados.

Seção IX

Do Fundo Municipal de Cultura – FMC

Art. 52. Fica criado o Fundo Municipal de Cultura – FMC, vinculado a Fundação Cultural de Ji-Paraná como fundo de natureza contábil e financeira com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta Lei.

Art. 53. O Fundo Municipal de Cultura – FMC se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e co-financiamento com a União e com o Governo do Estado de Rondônia.

Parágrafo único. É vedada a utilização do Fundo Municipal de Cultura - FMC, com despesas de manutenção administrativas dos Governos Municipal, Estadual e Federal, bem como de suas entidades vinculadas.

Art. 54. São receitas do Fundo Municipal de Cultura – FMC:

I – recursos Orçamentários do Município;
II – transferências Federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura – FMC;
III – contribuições de mantenedores;
IV – produto de desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como: arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos a administração da Fundação Cultural de Ji-Paraná resultados da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artísticos e promoções, produtos e serviços de caráter cultural;
V – doações e legados nos termos da legislação vigente;
VI – subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;
VII – reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura – FMC, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo lhe preserve o valor real;
VIII – retorno dos resultados econômicos provenientes de investimentos porventura realizados em empresa e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;
IX – resultados das aplicações em títulos públicos federais, obedecida à legislação vigente sobre a matéria;
X – empréstimo de instituições financeiras ou outras entidades;
XI – saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
XII – devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados pelos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
XIII – saldos de exercícios anteriores; e
XIV – outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

Art. 55. O Fundo Municipal de Cultura - FMC será administrado pela Fundação Cultural de Ji-Paraná, na forma estabelecida no regulamento, e apoiará projetos culturais das seguintes modalidades:

I – Não reembolsáveis, na forma do regulamento, para apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, preponderantemente por meio de editais de seleção pública; e

II – Reembolsáveis destinados ao estímulo da atividade produtiva das empresas de natureza cultural e pessoas físicas, mediante a concessão de empréstimos.

§ 1º Nos casos previstos no inciso II, a Fundação Cultural de Ji-Paraná definirá os agentes financeiros credenciados a taxa de administração, os prazos de carência, os juros limites, as garantias exigidas e as formas de pagamento.

§ 2º Os riscos das operações previstas no parágrafo anterior serão assumidos, solidariamente pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC e pelos agentes financeiros credenciados, na forma que dispuser o regulamento.

§ 3º A taxa de administração a que se refere o § 1º não poderá ser superior a três por cento dos recursos disponibilizados para o financiamento.

§ 4º Para o financiamento de trata o inciso II, serão fixadas taxas de remuneração que, no mínimo, preservem o valor originalmente concedido.

Art. 56. Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura - FMC com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou a locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos não poderão ultrapassar cinco por cento de suas receitas, observados o limite fixado anualmente por ato da CMPC.

Art. 57. O Fundo Municipal de Cultura – FMC financiará projetos culturais apresentados por pessoa física e jurídica de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º Poderá ser dispensada contrapartida do proponente no âmbito de programas setoriais definidos pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC.

§ 2º Nos casos em que a contrapartida for exigida, o proponente deve comprovar que dispõe de recursos financeiros ou de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis para complementar o montante aportado pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC, ou que está assegurada a obtenção de financiamento por outra fonte.

§ 3º Os projetos culturais previstos no *caput* deste artigo poderão conter despesas administrativas de até dez por cento de seu custo total, executados aqueles apresentados por entidades provadas sem fins lucrativos, que poderão conter despesas administrativas de até quinze por cento de seu custo total.

Art. 58. Fica autorizada a composição financeira de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC com recurso de pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, com fins lucrativos para apoio compartilhado de programas, projetos e ações culturais de interesse estratégico, para o desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura.

§ 1º O aporte dos recursos das pessoas jurídicas de direito público ou direito privado previsto neste artigo não gozará de incentivo fiscal.

§ 2º A concessão de recursos financeiros, materiais ou de infraestrutura pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC será formalizada por meio de convênios e contratos específicos.

Seção X

Do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIC

Art. 59. Cabe a Fundação Cultural de Ji-Paraná desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município.

§ 1º O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIC é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infraestruturas, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público e integrado ao Sistema Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

§ 2º O processo de estruturação do Sistema Municipal de Informação e Indicadores Culturais - SMIC terá como referência o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais – SNIC.

Art. 60. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIC tem como objetivo:

I – coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros a mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do Plano Municipal de Cultura – PMC e sua revisão nos prazos previstos;

II – disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da chamada e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores cultural públicos e privados, no âmbito do município;

III – exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas em geral, assegurando ao poder público e a sociedade civil o acompanhamento do desempenho do Plano Municipal de Cultura – PMC.

Art. 61. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIC fará levantamentos para a realização de mapeamentos culturais para o conhecimento da diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

Art. 62. O Sistema Municipal de Informação e Indicadores Culturais – SMIC estabelecerá parcerias com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais, e com institutos de pesquisa, para desenvolver uma base consciente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que contribuam tanto para a gestão de políticas públicas da área, quanto para fomentar estudos e pesquisa neste campo.

Seção XI

Do Programa Municipal de Formação na área da Cultura – PROMFAC

Art. 63. Cabe a Fundação Cultural de Ji-Paraná, regulamentar e implementar o Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC, em articulação com os demais entes federados e parceria com a Secretaria Municipal de Educação e instituições educacionais, tendo como objetivo central capacitar os gestores públicos e do setor privado e conselheiros de cultura responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas de cultura, no âmbito do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 64. O Programa Municipal de Formação na Área de Cultura – PROMFAC deve promover:

I – a qualificação técnico-administrativa e a capacitação em política cultural dos agentes envolvidos na formulação e na gestão de programas, projetos e serviços culturais oferecidos à população;

II – a formação nas áreas técnicas e artísticas.

Seção XII Dos Sistemas Setoriais de Cultura

Art. 65. Para atender a complexidade e especificidades da área cultural são constituídos Sistemas Setoriais como subsistemas do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 66. Constituem-se Sistemas Setoriais integrantes do Sistema Municipal de Cultura – SMC:

- I** – Sistema Municipal de Patrimônio Cultural – SMPC;
- II** – Sistema Municipal de Museus – SMM;
- III** – Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura – SM-BLLL;
- IV** – Outros que venham a ser constituídos.

Art. 67. As políticas culturais setoriais devem seguir as diretrizes gerais advindas da Conferência Municipal de Cultura – CMC e do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC consolidadas no Plano Municipal de Cultura – PMC.

Art. 68. Os Sistemas Municipais Setoriais constituídos e os que venham a ser criados integram o Sistema Municipal de Cultura – SMC conformando subsistemas que se conectam a estrutura federativa, à medida que os sistemas de cultura nos demais níveis de governo forem sendo instituídos.

Art. 69. As interconexões entre os Sistemas Setoriais e o Sistema Municipal de Cultura – SMC são estabelecidas por meio das coordenações e das instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais.

Art. 70. As instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais devem ter participação da sociedade civil e considerar o critério territorial na escolha dos seus membros.

Art. 71. Para assegurar as conexões entre os Sistemas Setoriais, seus colegiados e ou Sistema Municipal de Cultura – SMC, as coordenações e as instâncias colegiadas setoriais devem ter assento no Conselho Municipal – SMPC com a finalidade de propor diretrizes para elaboração das políticas próprias referentes às suas áreas e subsidiar nas definições de estratégias de sua implantação.

TÍTULO III DO FINANCIAMENTO

CAPÍTULO I DOS RECURSOS

Art. 72. O Fundo Municipal de Cultura – FMC e o orçamento da Fundação Cultural de Ji-Paraná e de suas instituições vinculadas são as principais fontes de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 73. O financiamento das políticas públicas de cultura estabelecido no Plano Municipal de Cultura far-se-á com os recursos do Município, do Estado e da União, além dos demais recursos que propõem o Fundo Municipal da Cultura – FMC.

Art. 74. O Município deverá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC, para uso como contrapartida de transferências dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura.

§1º Os recursos previstos no *caput* deste artigo serão destinados à:

I – políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual e/ou Municipal de Cultura;

II – para o financiamento de projetos culturais escolhidos pelo Município por meio de seleção pública.

§2º a gestão municipal dos recursos oriundos de repasse do Fundo Nacional e Estadual de Cultura deverá ser submetida ao Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Art. 75. Os critérios de aporte de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC deverão considerar a participação dos diversos segmentos culturais e território na distribuição total de recursos Municipal para a cultura, com vistas a promover a desconcentração do investimento, devendo ser estabelecido anualmente um percentual mínimo para cada segmento/território.

CAPÍTULO II DA GESTÃO FINANCEIRA

Art. 76. Os recursos financeiros da Cultura serão depositados em contas específicas e administrado pela Fundação Cultural de Ji-Paraná e instituições vinculadas sob fiscalização do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

§1º Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura – FMC serão administrados pela Fundação Cultural de Ji-Paraná.

§2º A Fundação Cultural de Ji-Paraná acompanhará a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados pela União e Estado ao Município.

Art. 77. O Município deverá tornar público os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.

Parágrafo único. O município deverá zelar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema Nacional de Cultura critérios públicos e transparentes, com partilha e transferência de recursos de forma equitativa, resultantes de uma combinação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando as diversidades regionais.

Art. 78. O município deverá assegurar a condição mínima para receber os recursos da União no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, com a efetiva instituição e funcionamento dos componentes mínimos do Sistema Municipal de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Fundo Municipal de Cultura.

CAPÍTULO III DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO

Art. 79. O processo de planejamento e do orçamento do Sistema Municipal de Cultura – SMC deve buscar a integração do nível local ao nacional, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências do Estado e da União e outras fontes de recursos.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Cultura será à base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 80. As diretrizes a ser observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 81. O Município de Ji-Paraná deverá se integrar ao Sistema Nacional de Cultura – SMC por meio da assinatura do termo de adesão voluntária na forma do regulamento do Ministério da Cultura – MC.

Art. 82. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Urupá, aos 12 dias do mês de novembro de 2013.

JESUALDO PIRES
Prefeito Municipal

PORTARIA

PORTARIA N.º46 /GAB/SEPLAN/2013

Nomeia Membros da Comissão Especial, para acompanhamento, fiscalização e o recebimento da empresa para pavimentação de vias públicas com blocos de concreto no Bairro Primavera, conforme Processo Administrativo nº 1-13411/2013 e contrato nº 173/PGM/2013.

MARCITO PINTO, Secretário Municipal de Planejamento, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

ART. 1º – Fica nomeada a Comissão Especial para Acompanhar, fiscalizar e receber os serviços, tendo como objeto do presente instrumento a contratação de empresa *para pavimentação de vias públicas com blocos de concreto no Bairro Primavera*, celebrado entre o Município de Ji-Paraná e a Empresa **C.R.V. CONSTRUTORA LTDA – ME** em decorrência do Processo administrativo nº 1-13411/13 e contrato nº 173/PGM/2013.

ART. 2º - A Comissão será composta pelos membros abaixo relacionados, que atuarão sob a presidência do primeiro:

DURVAL BARTOLOMEU T. MENDES JÚNIOR
EDWARD LUIS FABRIS
JOSÉ CARLOS DA SILVA

ART. 3º - A Comissão deverá acompanhar a execução do objeto do contrato referido no artigo primeiro desta portaria, apresentando planilhas de consumo, certificando notas, de cada Processo Administrativo, ficando incumbida de comunicar, a qualquer tempo, ao gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento as situações que reclamarem medidas urgentes.

ART 4º - As funções exercidas pelos servidores ora nomeadas são consideradas de interesse público, não gerando ônus para o Município.

ART. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ji-Paraná – RO, 11 de Novembro de 2013.

Marcito Pinto
Secretário Municipal de Planejamento
Decreto n.º. 0532/GAB/PM/JP/2013

EDITAIS DE COMPARECIMENTO

EDITAL DE COMPARECIMENTO

N.º. 031/2013

A Senhora
Eunice Mendes da Silva

Por ordem do Senhor Secretário Municipal de Administração do Município de Ji-Paraná-RO, a titular da **Coordenadoria Geral de Recursos Humanos e Aperfeiçoamento**, infra firmada, Considerando que no mês de Setembro/13 recebemos sua Frequência com faltas sem justificativa por 30 dias, caracterizando abandono do cargo, conforme o **ART. 172 da Lei Municipal 1405/2005**,

Vimos através deste **EDITAL DE COMPARECIMENTO**, dirigida a Vossa Senhoria, **Sra. EUNICE MENDES DA SILVA**, brasileira, casada, servidora público CEDIDA da Prefeitura Municipal de URUPÁ com ônus para a Administração de Ji-Paraná, portador do RG nº. 388.015/SSP/ES e do CPF nº. 474.793.027-20, ocupante do cargo efetivo de **Auxiliar Administrativo 40h** matricula **91881**, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, científica-lhe que deverá no prazo máximo de **05** (cinco) dias

contados da data da publicação deste EDITAL, comparecer na sede desta **Coordenadoria**, localizada à Av. 2 de Abril nº. 1701, 2º piso, Bairro Urupá, em Ji-Paraná-RO, para implementar os procedimentos necessários quanto a sua situação de ausência do local de trabalho.

Ji-Paraná-RO, 04 de Novembro de 2013.

Sirlene Muniz F. Cândido
Coord. Geral de Rec. Humanos e Aperfeiçoamento
Delegação de competência
Port. 016/GAB/PMJP/2013

EDITAL DE COMPARECIMENTO

N.º. 032/2013

À Senhora
Rosângela Martins Vieira

Por ordem do Senhor Secretário Municipal de Administração do Município de Ji-Paraná-RO, a titular da **Coordenadoria Geral de Recursos Humanos e Aperfeiçoamento**, infra firmada, Considerando o término da Cedência da referida servidora ao **Governo do Estado de Rondônia em 31/12/2012**, e que até a presente data não recebemos o DECRETO de prorrogação da cedência, nem a devolução da mesma,

Vimos através deste **EDITAL DE COMPARECIMENTO**, dirigida a Vossa Senhoria, **Sra. ROSANGELA MARTINS VIEIRA**, brasileira, casada, servidora pública, portadora do RG nº. 134050-4/DF e do CPF n. 554.028.951-04, ocupante do cargo efetivo de **Psicólogo 40h** matricula **11192**, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ji-Paraná-RO**, científica-lhe que deverá no prazo máximo de **05** (cinco) dias contados da data da publicação deste EDITAL, **comparecer na sede desta Coordenadoria**, localizada à Av. 2 de Abril nº. 1701, 2º piso, Bairro Urupá, em Ji-Paraná-RO, para implementar os procedimentos necessários quanto a sua situação contratual junto a Prefeitura Municipal.

Ji-Paraná-RO, 04 de Novembro de 2013.

Sirlene Muniz F. Cândido
Coord. Geral de Rec. Humanos e Aperfeiçoamento
Delegação de competência
Port. 016/GAB/PMJP/2013

EDITAL DE COMPARECIMENTO

N.º. 033/2013

Ao Senhor
Antonio Roberto Ribeiro de Santana

Por ordem do Senhor Secretário Municipal de Administração do Município de Ji-Paraná-RO, a titular da **Coordenadoria Geral de Recursos Humanos e Aperfeiçoamento**, infra firmada, Considerando o término da Cedência da referida servidora ao **Governo do Estado de Rondônia em 31/12/2011**, e que até a presente data não recebemos o DECRETO de prorrogação da cedência, nem a devolução do mesmo,

Vimos através deste **EDITAL DE COMPARECIMENTO**, dirigida a Vossa Senhoria, **Sr. ANTONIO ROBERTO RIBEIRO DE SANTANA**, brasileiro, casado, servidor público, portador do RG nº. 2.410.437/SSP/PE e do CPF nº. 329.997.204-91, ocupante do cargo efetivo de **Enfermeiro 30h** matricula **12333**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ji-Paraná-RO**, científica-lhe que deverá no prazo máximo de **05** (cinco) dias contados da data da publicação deste EDITAL, **comparecer na sede desta Coordenadoria**, localizada à Av. 2 de Abril nº. 1701, 2º piso, Bairro Urupá, em Ji-Paraná-RO, para implementar os procedimentos necessários quanto a sua situação contratual junto a Prefeitura Municipal.

Ji-Paraná-RO, 04 de Novembro de 2013.

Sirlene Muniz F. Cândido
Coord. Geral de Rec. Humanos e Aperfeiçoamento
Delegação de competência
Port. 016/GAB/PMJP/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO N. 208/CPL/PMJP/13
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS N.
12605/11249/12613/11489/2013/SEMAS

A **Prefeitura Municipal de Ji-Paraná**, por intermédio do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que fará na forma do disposto na Lei Federal n. 10.520 de 17 de julho de 2002, da Lei Municipal n. 1401 de 14 de Julho de 2005, da Lei Federal n. 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e da Lei Complementar n. 123/06, licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, cujo objeto é a **Aquisição de materiais de expediente e outros, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 70.347,20 (setenta mil trezentos e quarenta e sete reais e vinte centavos)**, tudo conforme disposto no Edital. Data de abertura dia **04 de Dezembro de 2013, às 10:00** horas, (Horário de Brasília), no ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br, local este, onde poderá ser lida e retirada cópia completa do edital. Ji-Paraná, 11 de Novembro de 2013.

Jackson Junior de Souza
Pregoeiro
Decreto nº1509/GAB/PM/JP/13

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JI-PARANÁ

SÃO OFERECIDOS VÁRIAS OPÇÕES DE CURSOS PARA TODA COMUNIDADE

TEATRO

MÚSICA

JAZZ

ARTES PLÁSTICAS

BALLET

ARTESANATO



FUNDAÇÃO CULTURAL DE JI-PARANÁ
RUA TENENTE ANTONIO JOÃO, 1108
BAIRRO NOVA BRASÍLIA JI-PARANÁ - RO
TELEFONE: 3421-2263



FUNDAÇÃO CULTURAL DE JI-PARANÁ - RO



VOCÊ MERECE UMA CIDADE MELHORI